

UBP: investidores dizem que impasse pode comprometer abastecimento Para CBIEE, somente mecanismo de compensação viabilizará usinas. Secretário do Tesouro afirma que receio das empresas é relativo

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios

09/08/2005

A falta de uma perspectiva de solução legal para a adequação das usinas licitadas no antigo modelo, de maior ágio, às regras atuais de leilão, baseadas em deságio, pode comprometer o abastecimento de energia elétrica nos próximos anos. A observação foi feita nesta terça-feira, 9 de agosto, pelo presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, e decorre da não-inclusão do tema no texto final da Medida Provisória 252, a MP do Bem. A confirmação de que ainda não há medidas compensatórias para o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) foi dada pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy.

Segundo Sales, apenas a validação pelo governo de um modelo que possa compensar o ágio dos projetos leiloados até 2002, quando venciam as disputas aquele que ofertasse o maior valor, poderá tirar do papel projetos com essas características, como Serra do Facão, Salto Pilão, Couto Magalhães e Traíra II, que somam potência instalada de 600 MW. "Se não for concebido um mecanismo que dê condição de participação nos leilões de energia nova àquelas empresas que já pagaram pela concessão, os projetos com os quais o planejamento está contando não vão se realizar. Isto é muito grave", afirma Sales.

De acordo com Levy, o receio dos investidores em levar adiante essas usinas é relativo, na medida em que eles próprios eram os responsáveis por avaliar o ganho competitivo de produtividade ao ofertar um lance de pagamento pelo UBP nos leilões. "A eficiência era dada pelo investidor. Ou seja, havia uma certa simetria de informações, já que quem determinava o valor adequado pelo UBP naquele momento era ele", disse o secretário, observando que esse grau de eficiência, nos futuros leilões, partirá do governo - que ficará responsável pelo definir o teto máximo de remuneração dos empreendimentos que irão ser licitados.

Palestrante do 6º Encontro de Negócios de Energia, promovido pelo Ciesp nesta terça-feira, 9 de agosto, em São Paulo, Levy comentou ainda que um ponto importante que terá de ser levado em conta na discussão envolvendo o UBP é a manutenção dos contratos, uma vez que, segundo ele, qualquer solução em vista não poderá quebrar os acordos vigentes. "Entendo que a preocupação é legítima, mas não temos certeza que os pleitos são verificados na realidade", comentou o secretário. Já na visão do presidente da CBIEE, o pleito do setor é o de dar condições para os investidores privados bancarem os projetos.

O representante dos grupos privados do setor elétrico brasileiro criticou também a provável exclusão de pontos relevantes para a redução da carga tributária do setor elétrico da MP do Bem, entre eles a redução das alíquotas de PIS/Cofins de 9,25% para 3,65% para consumidores residenciais, rurais e do poder público. Ele ressaltou, porém, que a relevância maior para o setor está na desoneração tributária para novos investimentos, através de medidas como a aceleração da

depreciação do capital investido e a isenção de PIS/Cofins para bens e produtos adquiridos para construção de novas usinas.

De acordo com projeções da CBIEE, a elevação das alíquotas do PIS/Cofins, a partir da mudança do regime cumulativo para não-cumulativo, provocou um aumento nas tarifas de 4%, aumentando a arrecadação em cerca de R\$ 3,8 bilhões. Outro imposto que pode provocar uma nova pressão para o consumidor, segundo ele, é o ICMS, que hoje é o item de maior peso entre tributos e encargos setoriais, com 20%. Sales apontou que, se for implementada a adoção de alíquota única para o setor de 25% - contra os 21% médios atuais - as tarifas de energia elétrica poderão sofrer uma elevação de até 15%.